

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1505/2024-PGJ, DE 8.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 6446/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente a 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
20 (19h01min) a 27.5.2024 (11h59min)	Jiskia Sandri Trentin

- passe a constar:

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
20 (19h01min) a 27.5.2024 (11h59min)	Rodrigo Yshida Brandão

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1546/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande em 9.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1573/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências dos Autos nºs 0802719-91.2023.8.12.0005, 0803564-26.2023.8.12.0005 e 0803523-59.2023.8.12.0005, em trâmite na 2ª Vara Cível da comarca de Aquidauana, em 9.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1570/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a designação do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, para o Promotor de Justiça Paulo César Zeni, sem prejuízo de suas funções no órgão de origem, atuar como membro colaborador do CNMP junto à Comissão de Planejamento Estratégico, CPE, pelo período de 1 (um) ano, conforme a Portaria CNMP-PRESI nº 130, de 3.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1565/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 6 (seis) dias de folga compensatória em 3 e 4.4.2024 e de 8 a 11.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1561/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 2 (dois) dias de folga compensatória em 4 e 5.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023 e 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1564/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 3 (três) dias de folga compensatória de 22 a 24.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1547/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros 1 (um) dia de folga compensatória em 10.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1533/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo 2 (dois) dias de folga compensatória em 18 e 19.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1532/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 3 (três) dias de folga compensatória de 15 a 17.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1528/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias 1 (um) dia de folga compensatória em 5.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1558/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Glória de Dourados em 10.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1557/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bandeirantes em 4.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1555/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Ribas do Rio Pardo em 10.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1512/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 8 a 12.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1513/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande de 8 a 12.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1514/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 3, Assep 3, em 4 e 5.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1515/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 18 e 19.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1516/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público 2, ASCG 2, em 10.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1517/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 29.4 a 3.5.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1518/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 53ª Zona Eleitoral de 29.4 a 3.5.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1519/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste em 4 e 5.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1520/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 40ª Zona Eleitoral em 4 e 5.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1521/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Arthur Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Caarapó em 5.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 1522/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana em 4 e 5.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça João Meneghini Girelli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1523/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Zona Eleitoral em 4 e 5.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça João Meneghini Girelli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1506/2024-PGJ, DE 8.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1335/2024-PGJ, de 25.3.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado de Promotores de Justiça referente a abril de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080

- passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 1575/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Pedro Gomes a partir de 15.4.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4545/2023-PGJ, de 24.8.2023, que designou o Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1576/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Pedro Gomes a partir de 15.4.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 4540/2023-PGJ, de 24.8.2023, que designou o Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1577/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Pedro Gomes a partir de 15.4.2024, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1601/2024-PGJ, DE 11.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Gabriela Martini Silva de Oliveira para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, na 16ª Procuradoria de Justiça Criminal, decorrente de licença-maternidade da servidora Andressa Miranda Auto Vale, Assessora Jurídica.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1599/2024-PGJ, DE 11.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 9.4.2024, do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Thaís Meliso Gonçalves, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1600/2024-PGJ, DE 11.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Leonardo Coninck de Souza para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, decorrente da exoneração de Thaís Meliso Gonçalves; e considerá-lo exonerado do cargo em comissão de Assessor Jurídico.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

**Retificação nas deliberações proferidas pelo egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** em sua 6ª Sessão de Julgamento Virtual, iniciada em 18 de março de 2024, publicadas no DOMPMS nº 3.101, de 10.4.2024, conforme a seguir:

O subitem 18 (Inquérito Civil nº 06.2022.00001423-2) do item “**2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO**” passa a constar acrescido da deliberação, com a seguinte redação:

**“Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo”.**

Incluir no item “**2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO**” o subitem: “**7. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007100-5.** 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas. Recorrente: Idevaldo Garcia Leal Junior. Recorrido: Ministério Público Estadual. Assunto: Apurar eventual irregularidade no Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal de Três Lagoas. EMENTA: RECURSO EM PROCEDIMENTO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS - ART. 7º, § 6º DA RESOLUÇÃO Nº 5/2012-CPJ - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Depreende-se que a reabertura do Procedimento Administrativo em testilha mostra-se inviável, em razão da ausência de elementos comprobatórios aptos a viabilizar a continuidade das apurações. que os fatos suscitados e não corroborados pelo recorrente não são suficientes para ensejar a instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório para continuar a investigação. Posto isso, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso. **Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto, nos termos voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**”.

Campo Grande, 11 de abril de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 21/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00002122-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Instituto Social Guanes - ISG, representado por seu Presidente, João Guanes

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis

Data da assinatura: 20 de março de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Cadeiras	4
2	Mesas de Madeira	4
3	Monitor de Vídeo	4
4	Unidade de Processamento - CPU	3
5	Monitor de LCD	2
TOTAL DE ITENS		17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/PGJ/2021

Processo nº PGJ/10/1542/2021 – PGA nº 09.2022.00012510-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EFICÁCIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA**, representada por **Fabício Silva Lima**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 2/CPL/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, incisos II, e V, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 6 (seis) meses e prorrogação do prazo de execução dos serviços, por mais 3 (três) meses.

Vigência: 10.04.2024 a 15.12.2024.

Data de assinatura: 10 de abril de 2024.

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0586/2020 – PGA 09.2023.00000086-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FEDERAL TECNOLOGIA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.**, representada por **Elenice de Cássia Calikoski**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e reajuste do valor estimado mensal, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor estimado mensal: R\$ 22.260,24 (vinte e dois mil duzentos e sessenta reais e vinte e quatro centavos).

Vigência: 15.04.2024 a 15.04.2025.

Data de assinatura: 11 de abril de 2024.

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00008675-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**, representado por **Rodolpho Caesar Mangialardo**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 6 (seis) meses, e a prorrogação do prazo de entrega do objeto do contrato por mais 2 (dois) meses.

Vigência: 11.04.2024 a 28.11.2024.

Data de assinatura: 11 de abril de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 15ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento dos Autos nº 08.2023.00159097-1, em que constam como investigado(a/s) Maria Auxiliadora de Jesus Teixeira e vítima(s) Edson dos Santos Martins, conforme se transcreve: "Posto isso, o Ministério Público, por seu representante infrafirmado, declina da atribuição para exame do presente procedimento, requerendo a V. Exa. decline da competência, em favor de uma das Varas do Juizado Especial Criminal desta Capital competente para o processamento julgamento quanto a *receptação culposa*, e esgotadas as diligências, não havendo justa causa para ação penal, requer o arquivamento do presente em relação ao delito descrito no artigo 155, *caput*, do C.P, pelas razões já expostas com fundamento no art. 28 do Código de Processo Penal."

Campo Grande/MS, 10 de abril de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 15ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento dos Autos nº 08.2023.00205172-3, em que constam como investigado(a/s) Gabriel Martins Pereira e vítima(s) Mário Márcio da Silva Domingues, conforme se transcreve: "Posto isso, o Ministério Público, por seu representante infrafirmado, declina da atribuição para o exame do presente procedimento, em favor de uma das Varas do Juizado Especial Criminal desta Capital competente para o processamento julgamento quanto a *receptação culposa*, e esgotadas as diligências, não havendo justa causa para ação penal, promove o arquivamento do presente em relação ao delito descrito no artigo 155, *caput*, do C.P, pelas razões já expostas com fundamento no art. 28 do Código de Processo Penal."

Campo Grande/MS, 10 de abril de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA  
Promotor de Justiça

1 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

2 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**EDITAL N. 0004/2024/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2024.00000262-2

Requerente: 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.

Assunto: Apurar a regularidade na prestação dos serviços de saúde no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III Marley Maciel Elias Massulo, situado na Vila Margarida, em Campo Grande.

Campo Grande, MS, 09 de abril de 2024.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.<sup>a</sup> Promotora De Justiça Da Saúde Pública

**EDITAL N° 0015/2024/34PJ/CGR**

A 34.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2024.00002011-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fernando Peres de Carvalho

Objeto(s): Acompanhar e fiscalizar as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n° 06.2022.00000646-5

Campo Grande, 11 de abril de 2024

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n° 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. n° 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n° 0911773-67.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) S.F.P<sup>4</sup> e vítima(s) I.R.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 10 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0908816-93.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) R.O.S<sup>6</sup> e vítima(s) A.S.S, conforme se transcreve: “Posto isso, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, o Ministério Público Estadual, requer seja declarada extinta a punibilidade do investigado quanto ao crime de ameaça (artigo 147, Código Penal), em virtude do decurso do prazo decadencial de 6 (seis) meses sem o oferecimento de representação pela vítima, nos termos do artigo 38, do Código de Processo Penal.”

Campo Grande-MS, 10 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2022.00203112-3, em que constam como investigado(a/s) Israel Roberto Marques e Lukas Queiroz da Silva e vítima(s) Nelliton Navais Esteche, conforme se transcreve: “não havendo justa causa para embasar a propositura de uma ação penal, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande, 10 de abril de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

**AMAMBAI**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001404-64.2023.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) J.V.A.P e H.D.A. e vítima (s) J.V.A.P e H.D.A., conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO PARCIAL do inquérito Policial, em virtude da ausência de justa causa acerca da prática delitiva, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 10 de abril de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

---

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**ANASTÁCIO****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>8</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900087-90.2022.8.12.0052 ao investigado Denilson Jará da Rosa<sup>9</sup>, conforme se transcreve: “Assim, a priori, não há como promover o oferecimento de ação penal, visto que a materialidade dos delitos ora apurados não foram suficientemente comprovadas. Ante as razões acima expostas, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial”.

Anastácio, 03 de abril de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>10</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900235-67.2023.8.12.0052 aos investigados Oeslen Felipe do Nascimento Candido Barbosa e Alessandra Cláudia Pereira<sup>11</sup>, conforme se transcreve: “Assim, a priori, não há como promover o oferecimento da ação penal, visto que a autoria delitiva não foi suficientemente comprovada neste procedimento investigatório. Ante as razões acima expostas, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial”.

Anastácio, 08 de abril de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

9 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

10 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

11 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



**BANDEIRANTES****EDITAL N. 0012/2024/PJ/BND****EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0001/2024/PJ/BND****INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2022.00000778-6**

Inquérito Civil n. 06.2022.00000778-6

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes torna pública o Termo de Ajustamento de Conduta abaixo, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: O Ministério Público Estadual.

Compromissário: Marcos Florentino Belliard

Propriedade Rural: "Fazenda Cabeceira da Lagoa", localizada no município de Bandeirantes/MS, composta pela matrícula n. 17.095, do Cartório do Registro de Imóveis de Bandeirantes/MS, inscrita no Cadastro Ambiental Rural sob o n. 0019130, totalizando aproximadamente a área de 600,1702 hectares.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS DA SEDE DA PROPRIEDADE: -19.774488, -54.205158 (fls. 17), referentes ao desmatamento de 9,63 hectares de vegetação nativa na propriedade mencionada supra.

OBRIGAÇÕES: as constantes no TÍTULO III.

Bandeirantes, 10/04/2024

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0013/2024/PJ/BND****EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0002/2024/PJ/BND****INQUÉRITO CIVIL N. 06.2023.00001217-1**

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001217-1

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Câmara Municipal de Bandeirantes-MS

OBRIGAÇÕES: Constantes no TÍTULO III.

Bandeirantes, 10/04/2024

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça



---

**BONITO**

---

**EDITAL N. 0028/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00012438-6

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Mauro Christianini, Johanna Paulina Wilherlmina Trijntje Breure Christianini

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2023.00000213-0, entre Mauro Christianini, Johanna Paulina Wilhelmina Trijntje Breure Christianini e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na Fazenda Coqueiro.

Bonito – MS, 08 de abril de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

---

**BRASILÂNDIA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial Autos nº 0900096-50.2024.8.12.0030, em que constam como investigado(a/s) Ana Vitória Garcia da Silva e vítima(s) Claudemir José da Silva, conforme se transcreve: De acordo com artigo 41 do Código de Processo Penal, um dos requisitos para o início da ação penal é a indicação de, no mínimo, elementos suficientes que possam identificar a autoria e demonstrar a materialidade do delito, sem os quais inquérito policial deve ser arquivado. Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL manifesta pelo arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal."

Brasilândia/MS, 11 de abril de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 04/2024/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJMP-MS n. 09.2024.00000956-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Procedimento Administrativo: 09.2024.00000956-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joaquim Antônio de Melo

Assunto: "Acompanhar o cumprimento das condições estabelecidas no termo de ajustamento de conduta no inquérito civil de n. 06.2016.00001589-0, com Joaquim Antônio de Melo."

Camapuã - MS, 11 de abril de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**CORUMBÁ**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2019.00027727-0, 0000137-84.2019.8.12.0008, em que consta como vítima JORGE LUIZ DE MELO e suposta autora ROSIANE RUFINO RODRIGUES, conforme se transcreve: “carece o feito de justa causa suficiente à promoção da ação penal pública, na medida em que nenhum elemento de informação corrobora a existência da infração penal veiculada na investigação policial em tela”

Corumbá, 10 de abril de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2022.00212397-5, 0900167-89.2022.8.12.0008, em que consta como vítima R.M.A e investigado J.C.A.G, conforme se transcreve: “carece o feito de justa causa suficiente à promoção da ação penal pública, na medida em que nenhum elemento de informação corrobora a existência da infração penal veiculada na investigação policial em tela”

Corumbá, 09 de abril de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2023.00016194-8, 0900058-41.2023.8.12.0008, em que consta como autor ALEX JONATHAN GONÇALVES DOS SANTOS vítima WESLEY DANIEL FERNANDES DA SILVA, conforme se transcreve: “O Ministério Público ficou desprovido de elementos essenciais para o oferecimento da denúncia diante da ausência de justa causa, a teor do art. 395, III, do Código de Processo Penal”

Corumbá, 09 de abril de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2023.00166145-1, 0901340-17.2023.8.12.0008, em que consta como vítima D.M.P. e suposto autor L.F.V.A, conforme se transcreve: "verifica-se a extinção da punibilidade do fato, independentemente do mérito (justa causa ou não) da apuração criminal em tela"

Corumbá, 09 de abril de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2023.00175671-2, 0901423-33.2023.8.12.0008, em que consta como vítima ABRAÃO SILVA DE AQUINO e investigado LUIZ TADEU DUARTE, conforme se transcreve: "carece o feito de justa causa suficiente à promoção da ação penal pública, na medida em que nenhum elemento de informação corrobora a existência da infração penal veiculada na investigação policial em tela"

Corumbá, 09 de abril de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

---

**DOURADOS**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 7ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>12</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2023.00166956-5, em que constam como investigados Maycon Douglas dos Santos e Ronny Kelton de Brito Silva<sup>13</sup> e vítima Everton Hugo Ribeiro Ajala, conforme se transcreve: "Em análise aos autos, verifica-se que o arquivamento é medida que se impõe. Há ausência da condição de procedibilidade, pois a ação se procede somente mediante representação da vítima, consoante art. 171, parágrafo 5º, do Código Penal [...]".

Dourados, 9 de abril de 2024.

EDUARDO FONTICIELHA DE ROSE  
Promotor de Justiça

---

<sup>12</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

<sup>13</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



---

**IVINHEMA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ4, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado J.C.S.S da decisão de arquivamento do Inquérito Policial n. 0001766-76.2022.8.12.0012. em que consta como investigado J.C.S.S e vítima(s) C.D.M<sup>14</sup>, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 e com as cautelas do artigo 18, ambos do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito”.

Ivinhema/MS, 10 de abril de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI  
Promotor de Justiça

---

**NOVA ANDRADINA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado José Felipe Egea Lima, a decisão de arquivamento do inquérito policial dos autos nº 0900203-36.2024.8.12.0017, conforme se transcreve: *ante o exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento das presentes peças, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal*”.

Nova Andradina-MS, 10 de abril de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES  
Promotor de Justiça

---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL Nº0021/2024/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000281-1.

Requerente: Ministério Público do Estado.

Requerido: David Kerkhoff.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da queima de material lenhoso na Fazenda São José, em Rio Negro/MS.

Rio Negro, 04 de abril de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO  
Promotor de Justiça

---

14 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”